TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
 - O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

A ousadia e a engenhosidade dos cibercriminosos têm espantado até mesmo os mais experientes especialistas em segurança da informação, seja pela utilização de técnicas

- avançadas de engenharia social, em casos de *spear-phishing*, seja pelo desenvolvimento de metodologias de ataques em massa. Segundo levantamento realizado pela Trend Micro,
- desde abril deste ano, hackers invadiram dois sítios do governo brasileiro.

Leonardo Bonomi, diretor de suporte e serviços para a Trend Micro, coloca os ataques a sítios com boa reputação, de empresas populares ou mesmo de governos, como uma tendência de alvo. "Cada vez mais esse tipo de estratégia será usado para enganar os usuários finais", afirma Bonomi, que não revelou quais sítios foram vítimas do cibercrime.

Para Bonomi, a tática utilizada pelos cibercriminosos é achar brechas e vulnerabilidades em sítios confiáveis, por meio de ferramentas de dia zero (capazes de efetuar investidas ininterruptamente até conseguir atingir os objetivos escusos).

Após o ataque, os *hackers* propagam *malwares* e vírus que controlam e monitoram as informações nas máquinas dos usuários.

O malware encontrado nas páginas brasileiras é denominado Banker, transmitido por meio de dois arquivos, um executável e outro GIF (que, na verdade, é um arquivo Java). Ambos são baixados em sítios supostamente confiáveis e seguros. Utilizando engenharia social, os cibercriminosos enviam mensagens aos internautas, avisando sobre as últimas atualizações de programas como Adobe e Flash Player, por exemplo. Baixados os arquivos, os dois vírus entram em ação: enquanto o executável desliga os sistemas de segurança, o arquivo em Java conecta a máquina do usuário a uma rede botnet.

A finalidade desses *malwares* é o roubo de dados bancários das vítimas, mas também pode variar para práticas ilícitas mais avançadas e até para o sequestro de informações pessoais. "Para nós, esse tipo de cibercriminoso se encaixa no modelo de crime organizado, pois, além de ataques complexos e avançados, eles visam a qualquer atividade que dê dinheiro, sem o menor escrúpulo", diz Bonomi.

Rodrigo Aron. **Hackers invadem sites governamentais**. *In*: **Risk Report**. maio/2013. Internet: <www.decisionreport.com.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de 1 a 6.

- 1 No texto, o termo "escusos" (l.18) está empregado como sinônimo de **perniciosos**.
- 2 A conjunção "seja", nas linhas 3 e 5, que estabelece uma relação de coordenação entre ideias, poderia ser substituída pela conjunção **quer**, sem prejuízo para a correção gramatical do período.
- 3 A expressão 'esse tipo de estratégia' (ℓ.12) retoma a ideia expressa no período imediatamente anterior, de que sítios com reputação confiável tendem a ser mais visados por "cibercriminosos".
- 4 Segundo o autor do texto, para que se previnam ataques de *hackers*, é preciso que o governo repare as brechas e vulnerabilidades dos sítios de seus órgãos na Internet.

- 5 A oração "Baixados os arquivos" (l.29) poderia, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituída por Assim que são baixados os arquivos.
- 6 No último parágrafo, a inserção de vírgula logo após "atividade" (ℓ.38) preservaria o sentido original do texto e a correção gramatical do período.

Você sai para jantar sem a carteira. Para pagar a conta, diz: "Meu nome é [insira o seu aqui]". O garçom clica no visor do *tablet* dele. Um alerta em seu celular avisa sobre a cobrança.

É assim que funciona o Square, sistema de pagamentos em uso nos Estados Unidos da América. Ele, hoje, é uma das maiores referências em pagamentos por celular. É aceito em 200 mil estabelecimentos, entre restaurantes, bares, cafés, salões de beleza, spas, lojas e até agências funerárias. Para usá-lo, o cliente precisa instalar um programa no celular, criar uma conta e inserir dados pessoais e financeiros. O sistema GPS do telefone identifica quando o cliente chega a uma loja conveniada, e seu perfil aparece automaticamente na tela do tablet do caixa da loja. Ao cobrar, o funcionário verifica se a foto associada à conta corresponde à pessoa à frente.

Essa é uma das formas de usar o telefone como meio de pagamento. O serviço começará a se popularizar no Brasil a partir do próximo ano, quando todas as operadoras de telefonia deverão estar autorizadas a fazer do *smartphone* uma carteira digital. Se essa alternativa vingar, será a maior mudança na forma como pagamos por produtos e serviços desde a chegada dos cartões, nos anos 50 do século passado.

O celular deixou, há tempos, de ser um aparelho restrito a fazer chamadas e a enviar mensagens. Os *smartphones* são computadores portáteis e poderosos. Exibem mapas, funcionam como minivideogames, tocam músicas e vídeos, enviam *emails*, navegam na rede. Os novos serviços de pagamento aproveitam essa versatilidade. Boa parte de nossas contas já é paga eletronicamente, por cartão ou Internet. Por que não usar o celular para fazer isso?

Rafael Barifouse. **Débito, crédito ou celular?** *In*: **Época**, n.° 759, 3/12/2012, p.119-21 (com adaptações).

Com base nas ideias e nos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os próximos itens.

- 7 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso o trecho "já é paga" (l.28) fosse reescrito da seguinte maneira: já são pagas.
- 8 Uma das estratégias utilizadas pelo autor do texto para apresentar ao leitor um novo sistema de pagamentos por meio de *smartphones* é a narrativa, por meio do relato de uma cena hipotética de compra.
- 9 Sem prejuízo para o sentido original do texto, o vocábulo "Para" (l.8) poderia ser corretamente substituído por Caso, se o trecho "usá-lo" fosse, por sua vez, substituído por o usasse.
- A oração "quando o cliente chega a uma loja conveniada" (l.11-12) exerce a função de complemento da forma verbal "identifica" (l.11).

A respeito da redação de expedientes oficiais, julgue os itens a seguir.

- 11 Em um expediente oficial destinado a um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO), deve-se empregar a forma "Vossa Excelência" e, no endereçamento, a forma "Ao Senhor".
- Na redação de expedientes oficiais, deve-se obedecer à norma culta da língua, prescindindo-se de uma linguagem específica administrativa, embora se possa utilizar linguagem técnica quando necessário.
- 13 Será violado o princípio da impessoalidade se um expediente oficial versar sobre tema alheio aos assuntos relacionados ao interesse público.

A respeito das auditorias realizadas pelos auditores A1, A2 e A3 de um tribunal de contas, concluiu-se que:

- A1 realizou 70 auditorias:
- A3 realizou 75 auditorias;
- A1 e A3 realizaram, juntos, 55 auditorias;
- A2 e A3 realizaram, juntos, 30 auditorias;
- A1 e A2 realizaram, juntos, 20 auditorias;
- das auditorias que não foram realizadas por A1, somente 18 foram realizadas por A2;
- A1, A2 e A3 realizaram, juntos, 15 auditorias.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 14 Mais de 100 auditorias foram realizadas.
- 15 20 auditorias foram realizadas apenas por A1.
- 5 auditorias foram realizadas apenas por A3.
- 17 23 auditorias não foram realizadas por A1.

Com referência às proposições lógicas simples P, Q e R, julgue os próximos itens.

- 18 A proposição (P→Q)(Q⇔P) é uma tautologia.
- 19 Se $\neg R$ representa a negação de R, então as proposições $P \lor [\neg (Q \rightarrow R)] e (P \lor Q) \land [P \lor (\neg R)]$ são equivalentes.

No século XVIII, a fundação de missões jesuíticas espanholas, na margem esquerda do rio Guaporé, foi uma clara ameaça à soberania de Portugal nas bacias dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Por isso, houve ações da metrópole portuguesa com o intuito de proteger o território na margem direita da Bacia do Guaporé, atual estado de Rondônia. Com relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

- 20 O governo português construiu a fortaleza militar do Príncipe da Beira às margens do rio Guaporé, o que originou os primeiros núcleos colonizadores que se desenvolveram no século XIX nessa região.
- No período em questão, houve a assinatura do Tratado de Petrópolis, no qual se definiram, em 1803, as fronteiras entre o Vice-reino do Peru e o Território do Guaporé.

A política de ordenamento territorial do estado de Rondônia tem como referencial metodológico o zoneamento ecológico econômico. No que se refere a essa política, julgue os itens a seguir.

- No zoneamento ecológico econômico, adotam-se as bacias hidrográficas como unidades de planejamento territorial.
- 23 É objetivo da referida política disseminar polos industriais e áreas de extração de matérias-primas por todo o território rondoniense.

Tendo em vista que o período da ditadura militar foi marcado por alterações no processo de ocupação da Amazônia, julgue os itens seguintes, relativos a esse processo.

- Nesse período, adotou-se uma política de reforma agrária com base na propriedade coletiva da terra.
- 25 Houve o desenvolvimento de projetos de colonização agrícola e de assentamentos rurais para migrantes nordestinos e sulistas.

A respeito da eficácia das normas constitucionais, julgue os itens que se seguem.

- 26 Constitui exemplo de norma programática a norma constitucional que impõe ao Estado o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais.
- 27 A norma constitucional que estabelece a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, é exemplo de norma de eficácia limitada.

RASCUNHO

No que se refere aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

O direito de resposta proporcional ao agravo tem abrangência ampla e aplica-se a todas as ofensas, ainda que elas não sejam de natureza penal.

A respeito do Estado federal brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

- 29 De acordo com a CF, é necessária a consulta da população diretamente interessada, no caso de instituição, pelo estado-membro, de regiões metropolitanas, que são formadas por agrupamento de municípios.
- 30 Compete privativamente à União legislar sobre processo do juizado de pequenas causas.

No que concerne à atuação dos poderes da República, julgue os itens subsequentes.

- 31 O Conselho Nacional de Justiça não pode apreciar de ofício a legalidade de ato administrativo praticado por membro do Poder Judiciário, mas, uma vez provocado, pode desconstituí-lo ou revê-lo, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 32 Em determinadas hipóteses, as comissões parlamentares de inquérito podem, independentemente de autorização judicial, determinar a quebra de sigilos bancário e fiscal.
- 33 Os crimes comuns praticados pelo presidente da República serão processados perante o Supremo Tribunal Federal (STF), hipótese em que o presidente ficará afastado de suas funções desde o recebimento da denúncia ou queixa-crime.

No que se refere aos tribunais de contas, julgue os itens subsecutivos.

- 34 O modelo federal de organização, composição e fiscalização do tribunal de contas, fixado pela CF, é de observância obrigatória pelos estados.
- **35** A CF atribui expressamente autonomia funcional e institucional ao TCU.

A respeito das funções essenciais à justiça, julgue os próximos itens.

- 36 A CF autoriza expressamente a contratação temporária de advogados para o exercício das funções de defensor público, em situações excepcionais.
- 37 O Ministério Público não está sujeito à fiscalização do tribunal de contas, devido à sua autonomia administrativa e financeira e à missão que lhe foi atribuída pela CF.

Acerca do direito administrativo e do conceito de Estado, julgue o seguinte item.

38 O Estado é um ente personalizado, apresentando-se não apenas exteriormente, nas relações internacionais, mas também internamente, como pessoa jurídica de direito público capaz de adquirir direitos e contrair obrigações na ordem jurídica.

Julgue os itens de 39 a 42, a respeito dos atos e agentes administrativos e dos poderes da administração.

39 Existem atos administrativos produzidos por agentes de entidades que não integram a estrutura da administração pública, mas que nem por isso deixam de qualificar-se como tais, como no caso de certos atos praticados por concessionários e permissionários de serviços públicos, quando regidos pelo direito público.

- 40 Segundo entendimento do STF, será constitucional lei estadual que permita o recrutamento de agentes administrativos, também denominados de servidores públicos, pelo regime especial temporário, não sendo necessária motivação quanto à real necessidade temporária das funções a serem exercidas.
- 41 Por meio do poder regulamentar, a administração pública poderá complementar e alterar a lei a fim de permitir a sua efetiva aplicação.
- 42 O exercício da discricionariedade tanto pode concretizar-se no momento em que o ato é praticado, quanto, posteriormente, no momento em que a administração decide por sua revogação.

Com referência a serviços públicos e à organização administrativa, julgue os itens seguintes.

- 43 As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são categorias de entidades que integram a administração indireta, ainda que não prestem serviço público ou exerçam atividade econômica de natureza empresarial.
- 44 Não viola a CF a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.

Em relação ao controle e à responsabilidade civil da administração, julgue os itens subsequentes.

- 45 Uma infração administrativa de impontualidade de um servidor causa a sua responsabilidade administrativa e também acarreta sua responsabilidade penal.
- 46 Os recursos administrativos são meios formais de controle administrativo previstos em diversas leis e atos administrativos e não têm uma tramitação previamente determinada.

Com referência a contratos administrativos e licitações, julgue os próximos itens.

- 47 Nos casos de obra pública, é devida e adequada a modificação das condições inicialmente pactuadas no contrato, sempre que seja necessário o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro entre os encargos do contrato e a justa remuneração do objeto do ajuste.
- 48 Os casos de dispensa de licitação tratados pelo legislador na Lei n.º 8.666/1993 não são taxativos, podendo o rol legal desses casos ser ampliado pelo administrador.

Julgue os seguintes itens à luz da Lei Orgânica do TCE/RO – Lei Complementar n.º 154/1996.

- A título de racionalização administrativa e economia processual, e com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, o TCE/RO poderá determinar, desde logo, o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação.
- O TCE/RO poderá realizar sessões extraordinárias de caráter reservado para tratar de assuntos de natureza administrativa interna ou quando a preservação de direitos individuais e o interesse público o exigirem, sendo obrigatória a presença do Ministério Público nessas sessões.